

A CONFINTEA VI NO CONTEXTO DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Moacir Gadotti
Diretor do Instituto Paulo Freire

A sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) da UNESCO será realizada em Belém, de 19 a 22 de maio de 2009, ano em que a primeira obra de Paulo Freire, *Educação e atualidade brasileira*, completa cinquenta anos. Paulo Freire havia sido convidado, pela UNESCO, para participar da CONFINTEA V, realizada em Hamburgo, na Alemanha, em julho de 1997. Infelizmente ele viria a falecer dois meses antes. Na ocasião, a UNESCO me convidou para lhe prestar uma merecida homenagem. O nome de Paulo Freire foi muito citado naquela conferência que instituiu a “Década Paulo Freire da Alfabetização”.

A CONFINTEA, de caráter intergovernamental, tem por objetivo a promoção da educação de adultos como política pública no mundo. Agora, pela primeira vez ela se realiza no hemisfério sul, no país de Paulo Freire e na Amazônia, que abriga a maior floresta do mundo, a “pátria das águas”, na expressão do poeta Thiago de Mello, que nos ensina, segundo ele uma grande lição: a do rio Amazonas, que nasce de outros rios, lição de “saber seguir junto com outros sendo, e noutros se prolongando, e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim” (Mello, 2007:28).

Em Belém, espera-se a participação de mais de 2 mil delegados e observadores de mais de 170 países. O processo de **preparação** foi participativo: 147 países elaboraram seus relatórios nacionais apresentados em cinco conferências continentais. No Brasil os Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (EJA) discutiram os temas centrais da CONFINTEA. As conferências, oficinas e mesas redondas de Belém serão transmitidas ao vivo, pela Internet, em quatro línguas: português, inglês, francês e espanhol.

A preparação da CONFINTEA VI incluiu consultas e revisões temáticas, presenciais e virtuais, pesquisas e estudos de caso selecionados de práticas exitosas, bem como *informes nacionais* e *informes das reuniões regionais preparatórias*, que serão sintetizados no *Informe Global sobre a Aprendizagem e a Educação de Adultos* a ser discutido em Belém. No Brasil houve reuniões preparatórias em todos os Estados, organizados tanto pelo governo (SECAD/MEC), quanto pela sociedade civil (Fóruns de EJA). Para apoiar a Conferência, o Instituto de Educação ao Longo de Toda a Vida da Unesco (Hamburgo) criou um Grupo Consultivo.

A Educação de Adultos relaciona-se com vários **temas**, entre eles, a questão da pobreza e das desigualdades, a questão das ONGs, comunicação e informação, mudanças climáticas, migrações (refugiados e imigrantes em situação irregular), interculturalidade, empregabilidade e sobrevivência, economia solidária e, certamente, a educação como direito humano, como “direito à educação emancipadora”, como defende o Fórum Mundial de Educação). Deverão fazer parte da agenda também os temas da globalização, do desenvolvimento sustentável, da democracia econômica, da cultura da paz, do direito à educação ambiental, a questão de gênero na EA, a mídia, a tecnologia, a educação não-formal, a educação popular e outros. Como afirma Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil, “a educação de adultos tem forte interface com questões capazes de melhorar a qualidade de vida mundial, como a erradicação da fome” (Defourny, 2009:3).

1. As Conferências anteriores

A UNESCO foi criada em novembro de 1947. A primeira CONFINTEA ocorreu dois anos depois (1949), em Elsinore (Dinamarca). A *Conferência Internacional de Educação de Adultos* é convocada periodicamente pela Unesco, com a finalidade de fazer um balanço mundial do setor, estabelecer novos programas e metas – uma “agenda para o futuro” – e promover a educação ao longo da vida (*Lifelong Education*). A segunda foi realizada em Montreal (Canadá), em 1960; a terceira foi realizada em Tóquio, em 1972; a quarta em Paris, em 1985, a quinta em Hamburgo (Alemanha), em 1997.

A primeira I Conferência Internacional de Educação de Adultos entendeu a educação de adultos como uma espécie de **educação moral**. Participaram 21 países. A educação formal, a escola, não havia conseguido evitar a barbárie da guerra. Ela não havia dado conta de formar o homem para a paz. Por isso se fazia necessária uma educação “paralela”, fora da escola, “alternativa”, cujo objetivo seria contribuir para com o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola.

Na II Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Montreal (1960), no Canadá, aparecem dois enfoques distintos: a educação de adultos concebida como uma continuação da educação formal, como **educação permanente**, e, de outro lado, a **educação de base** ou **educação comunitária**. Em Montreal participaram 51 países que debateram o tema “a educação de adultos num mundo em transformação”.

A III Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Tóquio (1972), a educação de adultos foi entendida como “suplência” da educação fundamental (escola formal). O objetivo da educação de adultos seria reintroduzir os jovens e os adultos, sobretudo os analfabetos, no sistema formal de educação. Participaram 82 países e 37 organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Em 1985 foi realizada a IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, na cidade de Paris, caracterizando-se pela **pluralidade de conceitos**. Foram apresentados muitos temas, entre eles: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional, educação técnica. Pode-se dizer que Conferência de Paris “implodiu” o conceito de educação de adultos.

O conceito de educação de adultos continuou sofrendo diferentes interpretações. A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), em 1990, entendeu que a alfabetização de jovens e adultos seria uma **primeira etapa da educação básica**. Esta consagrou, assim, a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, isto é, separada das “necessidades básicas de aprendizagem”.

Em julho de 1997 a UNESCO realizou, em Hamburgo a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V). Participaram mais de 1500 inscritos de 130 países. Ela foi precedida por reuniões preparatórias em todos os continentes. A CONFINTEA V aprovou a “Declaração de Hamburgo” e adotou uma “Agenda para o futuro” que incluiu a “Década Paulo Freire da Alfabetização”, entendendo a educação de adultos como um **direito de todos** e destacando a necessidade de diferenciar as necessidades específicas das mulheres, das comunidades indígenas e dos grupos minoritários. Essa Declaração realçou a importância da **diversidade cultural**, os temas da **cultura da paz**, da educação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável. Vários temas fizeram parte da agenda: a educação de gênero, indígena, das minorias, a terceira idade, a educação para o trabalho, o papel dos meios de comunicação e a parceria entre Estado e Sociedade Civil.

2. Legado da Conferência de Hamburgo: uma visão ampliada da Educação de Adultos

A CONFINTEA V consagrou a tendência do estabelecimento de parcerias entre governos e sociedade civil. A própria Conferência não teria tido a importância e o êxito que teve sem essas parcerias. O processo de preparação desse evento foi possível graças à participação de inúmeras redes, fóruns, movimentos e ONGs que se articularam em torno dos seus objetivos.

Qualquer visão prospectiva hoje, no campo da EJA, deve levar em conta as numerosas lições deixadas pela CONFINTEA V. A Declaração de Hamburgo entende a educação de adultos como aquela que “engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas ‘adultas’ pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionado-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade” (In: Romão & Gadotti, 2007, p.128). A CONFINTEA V nos deixou muitas lições, entre elas podemos destacar: a) reconhecer o papel indispensável do educador bem formado; b) reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências; c) assumir o caráter público da EJA; d) ter um enfoque intertranscultural e transversal; e) a importância da EJA para a cidadania, o trabalho e a renda numa era de desemprego crescente; f) reconhecer a importância da articulação de ações locais; g) reconceituar a EJA como um processo permanente de aprendizagem do adulto; h) reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da EJA; i) fortalecer a sociedade civil; j) integrar a EJA como uma modalidade da educação básica; l) resgatar a tradição de luta política da EJA pela democracia e justiça social; m) criar uma agenda própria da EJA; n) sistematizar e difundir experiências relevantes.

A CONFINTEA V foi a primeira conferência que teve uma participação substantiva das **organizações não-governamentais**: mais de 40 ONGs com uma representação superior a 300 pessoas de 50 países. Mesmo não tendo direito a voto, elas tiveram uma influência decisiva, sobretudo na preparação dos documentos regionais e também na elaboração do documento final da Conferência, buscando ampliar o papel da **educação popular** no conjunto das diretrizes políticas dos governos presentes. Essa Conferência mostrou que existem ainda concepções muito diferenciadas de educação popular e de adultos.

3. Contexto do Brasil e da América Latina

No Brasil foram feitos vários diagnósticos estaduais, mas ainda os institutos de pesquisa tem

ignorado o tema da EA. Não temos, por exemplo, dados concretos sobre o impacto do FUNDEB na EJA. Sabemos, por outro lado, que há enorme precariedade na oferta de EJA, sobretudo no campo. Os Fóruns de EJA vêm evidenciando ainda a enorme pulverização de esforços e os poucos recursos destinados à essa modalidade da educação básica. O governo, por outro lado, não vem valorizando as iniciativas da sociedade civil nesse campo. Exemplo disso foi a reformatação, em 2007, do Programa *Brasil Alfabetizado*. A participação da sociedade civil tem sido pouco incentivada. Não é de se estranhar, portanto, que persistam altos índices de analfabetismo no Brasil e em toda a região. Segundo o Informe Regional de monitoramento da Educação Para Todos da UNESCO, publicado em janeiro de 2004 - *Educación para Todos en América Latina: un objetivo a nuestro alcance* - apesar da crescente melhoria nos indicadores sociais da região, existem ainda, na América Latina, cerca de **36 milhões** de jovens e adultos analfabetos.

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes novamente o direito à educação. O **analfabetismo** de jovens e de adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. Há ainda um agravante: muitos **programas de alfabetização** não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população: indígenas, negros, mulheres, deficientes, campo etc, não levando em conta as culturas e as linguagens locais. No caso dos indígenas, por exemplo, para tornar a EJA realmente eficaz na construção de uma sociedade multiétnica e pluralista, seria absolutamente necessária a alfabetização multicultural bilíngüe.

Na América Latina, no marco da *Década das Nações Unidas para a Alfabetização* e do Programa dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, seria oportuno criar um sistema de monitoramento dos programas existentes que possa, ao mesmo tempo, acompanhar os resultados obtidos na “Década”, sistematizando e analisando as informações coletadas e subsidiando pessoas e instituições interessadas em contribuir para tornar a região “território livre do analfabetismo”. A CONFINEA VI é mais um motivo para investirmos nossas energias nesse novo desafio.

Está sendo difícil reduzir o analfabetismo na América Latina. Por diferentes fatores. Primeiro, por conta da idade e da região onde mora o analfabeto (uma população muito dispersa). Por outro lado, alfabetizar alguém custa, em média 200 dólares. Mas vai custar cada vez mais reduzir o analfabetismo adulto. Veja-se o exemplo o caso do México: há uma taxa de analfabetismo em torno de 7,9% e 75% desses analfabetos têm mais de 40 anos. No México 48% dos analfabetos está em cidades com menos de 2.500 habitantes. Alfabetizar um jovem de 15 a 29 anos, nas grandes cidades, é mais fácil do que pessoas com mais de 40 anos habitando em regiões remotas. O núcleo duro da alfabetização está na idade acima de 40 anos.

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um **custo** social e não como um **investimento**, não se levando em conta que o analfabetismo tem um impacto que é, ao mesmo tempo, individual e social. Impacta a vida das pessoas, na saúde (mais enfermidades), no trabalho (piores empregos), na educação. Mas impacta também a sociedade, a participação cidadã, a perda de produtividade e de desenvolvimento social. Quanto mais anos de escolaridade uma pessoa tem, menor é o índice de pobreza: mais estudada é uma pessoas menos pobre ela é.

Não existe na região capacidade instalada para atender à toda a demanda de milhões de analfabetos. Neste momento não bastariam mais recursos. É preciso garantir um financiamento permanente para a EA. A agenda do combate ao analfabetismo deve ser uma agenda educativa, permanente e sustentada de nação, para além de partidos e governos, para alcançar o acesso, a permanência e a aprendizagem. O analfabetismo não é um problema. É uma **oportunidade de investimento**. É estratégico investir na alfabetização de adultos para o desenvolvimento de um país. Se o Estado ajudar inicialmente, o próprio analfabeto acaba financiando seu próprio custo posterior. É uma vergonha que na AE estejamos ainda discutindo o custo do analfabetismo. Só temos uma explicação: temos uma elite estúpida, malvada, querendo explorar ao máximo os trabalhadores. É uma elite que não se importa com a rentabilidade, a qualidade e a produtividade. Só com o lucro.

4. Um passo à frente

É dentro desse cenário que devemos participar e acompanhar os debates da CONFINTEA VI e tirar proveito para nossa região. De positivo podemos mostrar que melhorou o acesso à escola, mas que subsiste o problema da qualidade. A educação não está contribuindo para a redução da desigualdade. Ao contrário, como afirmou Rosa Maria Torres na *Conferência regional da América Latina e Caribe sobre alfabetização e preparatória para a CONFINTEA VI* (México, 10-13 de setembro de 2008) ela a “reforça e a perpetua”, como mostram os dados da CEPAL, da UNESCO e da OREALC. Uma boa notícia é a vinculação cada vez maior da EA com as áreas da saúde, família, cidadania e economia solidária. A **grande debilidade** da região continuando sendo a questão do financiamento e também do monitoramento e da avaliação.

É claro, os **desafios** da região são enormes. Rosa Maria Torres, na mesma ocasião, afirmou que

falta reconhecer a EA como direito a educação tanto na sua aceitabilidade, quanto na sua adaptabilidade, acessibilidade e disponibilidade (oferta). Precisamos, segundo ela, mudar a visão do sujeito da EA. Ele não é carente e vulnerável, mas sujeito de direitos, sujeito que não é ignorante, que sabe criar saberes, que sabe muitas coisas como seus saberes essenciais à vida humana e à conservação do planeta. As palavras de Rosa Maria Torres, naquela memorável Conferência, foram muito aplaudidas pelos educadores populares: “devemos voltar a pensar em termos de luta (contra poderes estabelecidos) como queria Paulo Freire. Devemos resgatar o caráter participativo, alternativo, alterativo e contestador da educação popular. Toda educação é política”.

Crianças, jovens e adultos podem aprender juntos muitas coisas. A **idade** não é critério para organizar as aprendizagens. Todos aprendem juntos, “mediados pelo mundo”, dizia Paulo Freire. Não devemos estabelecer limites entre o escolar, o não-escolar, o formal, o informal e não-formal. Devemos criar comunidades de aprendizagem onde todos aprendem juntos, independentemente da idade, sem segmentação, mas articuladamente... aprender para a vida, para o bem viver. A meta não deve ser mais declarar um país livre do analfabetismo mas universalizar a educação básica.

Esperamos que a CONFINTEA VI consiga impulsionar não só a Educação de Adultos, nas também a educação popular. Um dos espaços para isso, certamente, será o **Fórum Internacional da Sociedade Civil (FISC)**. O FISC é um espaço plural, aberto e auto-organizado de encontro, um evento de caráter mundial programado para acontecer em Belém, nos dias 17 e 18 de maio de 2009 com a finalidade de preparar a participação da sociedade civil na CONFINTEA VI, no quadro da luta pelo direito à educação. A CONFINTEA já inclui a sociedade civil, mas a ela é pequena, pois o seu caráter é formal e intergovernamental. O FISC continua a tradição das reuniões preparatórias (algumas “paralelas”) que sempre foram associadas às grandes Conferências das Nações Unidas.

O **documento final** da CONFINTEA VI deverá conter um marco de ação para impulsionar a Educação de Adultos no mundo, buscando sinergias com outras agendas, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a Década da Alfabetização, o programa Educação para Todos e a Declaração sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Esperamos que ele deixe mais claras as políticas públicas de financiamento da Educação de Adultos e que contemple também a educação popular como paradigma da educação de adultos, como grande contribuição da América Latina, ao pensamento pedagógico universal.

BIBLIOGRAFIA

- DEFOURNY, Vincent. “Valorizar a educação de jovens e adultos”. In: *Folha de S. Paulo*, 22 de março de 2009, p.3.
- GADOTTI, Moacir. *Mova, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- MELLO, Thiago. *Amazonas, pátria da água*. São Paulo: Boccato, 2007.
- ROMÃO, José Eustáquio e Moacir Gadotti. *Educação de adultos: cenários, perspectivas e formação de educadores*. Brasília: Liber/IPF, 2007.
- UNESCO BRASIL. *Relatório de monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008. Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta?* Brasília: Unesco, 2008.
- UNESCO. *Educación para Todos en América Latina: un objetivo a nuestro alcance*. Santiago: Unesco, 2004.
- UNESCO. *Educación de Calidad para Todos: un asunto de Derechos Humanos*. Santiago: UNESCO/OREALC, 2007.